Publicação: 5/7/2021 DJe: 2/7/2021

PORTARIA CONJUNTA Nº 1230/PR/2021

Dispõe sobre a transferência de local de funcionamento dos Cartórios das 7^a, 8^a, 9^a, 10^a, 11^a, 12^a e 13^a Câmaras Cíveis e dos Cartórios das 2^a, 3^a, 4^a, 5^a, 6^a e 7^a Câmaras Criminais do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais e dá outras providências.

O PRESIDENTE e o 1º VICE-PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS, no uso das atribuições que lhes conferem, respectivamente, o inciso II do art. 26 e o inciso II do art. 29 do Regimento Interno do Tribunal de Justiça, aprovado pela Resolução do Tribunal Pleno nº 3, de 26 de julho de 2012,

CONSIDERANDO a necessidade de realização de obras e intervenções de engenharia na estrutura física da Unidade Sede do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais - TJMG, unidade predial localizada na Avenida Afonso Pena, nº 4.001,Bairro Serra, em Belo Horizonte/MG;

CONSIDERANDO a deliberação da Administração do TJMG pela transferência temporária dos Cartórios das 7ª, 8ª, 9ª, 10ª, 11ª, 12ª e 13ª Câmaras Cíveis e das 2ª, 3ª, 4ª e 5ª Câmaras Criminais para a unidade predial localizada na Avenida Afonso Pena, nº 1.500, e pela transferência temporária dos Cartórios das 6ª e 7ª Câmaras Criminais para a unidade predial localizada na Rua Goiás, nº 229, a fim de viabilizar a execução das obras de engenharia necessárias;

CONSIDERANDO o acervo processual existente nos Cartórios das Câmaras Cíveis e Criminais que ocupam esses espaços, bem como a necessidade de executar sua transferência de forma segura e organizada;

CONSIDERANDO a necessidade de se manter plenas condições de trabalho aos servidores da justiça, no intuito de conservar a excelência no atendimento aos jurisdicionados e respectivos advogados,

CONSIDERANDO o que constou no processo do Sistema Eletrônico de Informações - SEI nº 0085304-95.2021.8.13.0000,

RESOLVEM:

Art. 1º Os Cartórios das 7ª, 8ª, 9ª, 10ª, 11ª, 12ª e 13ª Câmaras Cíveis e os Cartórios das 2ª, 3ª, 4ª, 5ª, 6ª e 7ª Câmaras Criminais do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais - TJMG passarão a funcionar nas seguintes unidades prediais, observado o seguinte cronograma de mudança:



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais Tribunal de Justiça

- I na unidade predial localizada na Rua Goiás, nº 229 (Anexo I): Cartórios das 6ª e 7ª Câmaras Criminais, dia 8 de julho de 2021 (quinta-feira);
- II na unidade predial localizada na Avenida Afonso Pena, nº 1.500:
- a) Cartórios das 7^a, 9^a e 10^a Câmaras Cíveis, dia 15 de julho de 2021 (quinta-feira);
- b) Cartórios das 11ª e 12ª Câmaras Cíveis, dia 16 de julho de 2021 (sexta-feira);
- c) Cartórios das 2ª e 4ª Câmaras Criminais, dia 19 de julho de 2021 (segunda-feira);
- d) Cartórios das 8^a e 13^a Câmaras Cíveis, dia 20 de julho de 2021 (terça-feira);
- e) Cartórios das 3ª e 5ª Câmaras Criminais, dia 22 de julho de 2021 (quinta-feira).
- Art. 2º O expediente externo e todos os prazos processuais relativos aos processos físicos que tramitam nos Cartórios das Câmaras Cíveis e Criminais mencionadas nesta Portaria Conjunta ficarão suspensos nos períodos de:
- I 7 a 11 de julho de 2021, da 6ª Câmara Criminal;
- II 8 a 11 de julho de 2021, da 7ª Câmara Criminal;
- III 14 a 18 de julho de 2021, das 7^a, 9^a e 10^a Câmaras Cíveis;
- IV 15 a 19 de julho de 2021, das 11^a e 12^a Câmaras Cíveis;
- V 16 a 20 de julho de 2021, das 2ª e 4ª Câmaras Criminais;
- VI 19 a 21 de julho de 2021, das 8^a e 13^a Câmaras Cíveis;
- VII 21 a 25 de julho de 2021, das 3ª e 5ª Câmaras Criminais.
- § 1º O funcionamento dos Cartórios nos novos endereços será retomado no primeiro dia útil subsequente ao fim do período de suspensão, conforme estabelecido neste artigo.
- § 2º Os prazos processuais que se iniciarem ou se findarem durante o período de suspensão estabelecido para cada Câmara ficarão prorrogados para o primeiro dia útil seguinte.
- § 3º Nos períodos mencionados nos incisos deste artigo, ficarão mantidas as publicações de acórdãos, decisões e despachos, a intimação de partes ou advogados e a realização de sessões de julgamento.
- Art. 3º As petições e os demais documentos relativos aos feitos que tramitam ou deveriam tramitar nos Cartórios das Câmaras Cíveis e Criminais de que trata esta Portaria Conjunta poderão ser protocolizados nas unidades de Protocolo do TJMG, observados os termos do art. 1º da Portaria Conjunta da Presidência nº 485, de 26 de fevereiro de 2016.



Art. 4º Os casos omissos serão dirimidos pelo Primeiro Vice-Presidente do Tribunal de Justiça.

Art. 5º Esta Portaria Conjunta entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 2 de julho de 2021.

Desembargador **GILSON SOARES LEMES**Presidente

Desembargador **JOSÉ FLÁVIO DE ALMEIDA**1º Vice-Presidente

Cód. 10.10.800-9 (versão de 21/08/2014)